



# EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

Arquivo Pessoal



## Vovô Fraga ensaia um sorriso

O ex-deputado Alberto Fraga (DEM-DF) mantém o luto pela perda da mulher, Mirta Fraga, que morreu de covid-19 em maio. Mas teve uma boa notícia: vai ser avô. A filha, Bruna, descobriu que estava grávida pouco antes de perder a mãe. No chá de revelação, no último domingo, a família descobriu que vem por aí um menino: Lucca. Fraga até conseguiu dar um sorriso ainda fraquinho.

## Relação desgastada

Em relação ao presidente Jair Bolsonaro, no entanto, não tem sorriso. O clima fechou há tempos. Fraga sempre foi um aliado leal do presidente, mas recebeu pouco em troca. Mais um para a fila do ex-amigos.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

Como será a atuação no STF de André Mendonça, um ministro terrivelmente evangélico e da estrita confiança do presidente Jair Bolsonaro?

Edilson Rodrigues/Agência Senado



## GDF nega cessão de policiais civis para auxiliar nas investigações da CPI da Covid

O Governo do DF negou a cessão de dois policiais civis do DF requisitados pelo presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), para auxiliar nas investigações sobre irregularidades na condução da pandemia. O pedido era de empréstimo de agentes da Delegacia Especializada de Crimes Cibernéticos. Mas, em ofício, o secretário de Segurança Pública substituto, Milton Rodrigues Neves, justificou: "A Polícia Civil do Distrito Federal passa por um grave déficit de servidores, razão pela qual a cessão pleiteada fica prejudicada em razão dos prejuízos que poderão decorrer para o serviço policial, especialmente em se tratando da unidade de crimes cibernéticos". Ele também ressaltou que demandas dessa natureza — envolvendo demanda do Poder Legislativo da União ao Distrito Federal — devem ser dirigidas ao governador.

Ed Alves/CB/D.A Press



## Bancada do voto impresso

Na bancada do DF apenas dois deputados devem votar contra o projeto do voto impresso, proposto pela deputada Bia Kicis (PSL): Professor Israel Batista (PV) e Érika Kokay (PT). Seis parlamentares votam sim. Laerte Bessa (PL), aliás, integra a Frente Parlamentar Mista da Contagem Pública dos Votos.

## Por que você é contra o voto impresso?

Deputado Professor Israel Batista (PV-DF)

"O voto impresso tem uma intenção clara de permitir que o bolsonarismo peça uma recontagem de votos, e ganhe tempo pra causar confusão nas seções eleitorais para mobilizar a militância radical formada por clubes de tiros, por parte das polícias militares nos estados e pelos apoiadores mais radicais. A intenção do presidente Bolsonaro é contestar o resultado eleitoral, qualquer que seja o formato das eleições. Então, nós entendemos que, neste momento em que o presidente faz claros ataques à democracia, sem nenhum tipo de disfarce, não é recomendável alterar o sistema de votações. Essa discussão tem que ficar para um momento de maior estabilidade política do país. Não se muda as regras do jogo, no meio do ataque ao jogo".



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

## MP investiga denúncias de desvio de madeira da Profloora

O promotor de Justiça Alexandre Gonçalves, da área de Defesa do Patrimônio Público e Social, abriu investigação para apurar denúncias de desvio de madeira de propriedade da empresa em liquidação Profloora S/A Floresto e Reflorestamento, na região de Brazlândia, com possível participação de agentes públicos. Ele enviou ofício com pedido de explicações ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), à empresa Profloora, à Administração Regional de Brazlândia e também para a Associação dos moradores do Capão da Onça Administração Regional (Ampruco), envolvidos na retirada e transporte dos pinheiros e eucaliptos.

## Dia de hospital

O secretário de Economia, André Clemente, passou o dia ontem no hospital acompanhando o pai, que passou por uma cirurgia no coração, depois de um infarto. As notícias à noite eram positivas. Procedimento bem-sucedido.

"Não existe rachadinha. Quem nomear servidor pra ficar com o salário comete, em tese, crime de peculato. Desvia dinheiro público"

Promotor de Justiça do DF Raoni Maciel

"Há controvérsias. Na minha opinião, quem nomeia servidor para ficar com parte do salário do nomeado pratica corrupção e não peculato (ou concussão, se a rachadinha é exigida como condição para manter o comissionado no cargo). Haverá peculato se o nomeado é funcionário fantasma"

Procurador da República em Goiás Hélio Telho



Arquivo Pessoal



Reprodução de Internet

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**INVESTIMENTO /** Recurso destinado ao Distrito Federal é oriundo do Ministério da Justiça. Com mudança na lei, agora, o repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública leva em consideração aspectos geográficos, populacionais, socioeconômicos e mais 21 itens

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Ministro da Justiça, Anderson Torres assinou portaria com as alterações

# R\$ 25,2 milhões para segurança

» JÉSSICA MOURA

Os projetos e ações da área de segurança pública do Distrito Federal vão receber um reforço de R\$ 25.280.888,40 até o final deste ano. O recurso é oriundo do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Ministério da Justiça. A pasta alterou as regras de distribuição do fundo entre os estados. Com isso, a Secretaria de Segurança Pública do DF poderá incrementar os investimentos em políticas públicas.

A portaria publicada, ontem, e assinada pelo ministro Anderson Torres, ex-secretário de Segurança do DF, determina que, agora, o montante do repasse aos estados deverá ser definido a partir de aspectos geográficos, populacionais e socioeconômicos. Ao todo, são 24 critérios que consideram fatores como índice de vulnerabilidade social e de desenvolvimento humano, maiores reduções da taxa de criminalidade e redução de morte de mulheres, por exemplo.

Segundo a SSP-DF, a verba deve ser utilizada ao longo dos próximos dois anos, a partir de 2022. Com o novo decreto, serão destinados 30% dos recursos para a

## Novos critérios para rateio do Fundo Nacional de Segurança

- » Extensão territorial
- » Portos e aeroportos
- » Fronteira
- » População
- » Efetivo
- » Índice de Vulnerabilidade Social
- » Índice de Desenvolvimento Humano
- » Maiores Índices de Criminalidade Violenta
- » Maior redução do Índice de Criminalidade Violenta
- » Redução de morte de mulheres
- » Cumprimento de mandado de prisão
- » Integração de dados forenses
- » Integração com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Sinesp) do Ministério da Justiça
- » Furtos de veículos
- » Roubo de veículos
- » Produção de laudos periciais
- » Apreensão de armas
- » Apreensão de drogas
- » Elucidação de homicídios
- » Combate à corrupção e destinação de ativos oriundos do crime
- » Atendimentos realizados pelos bombeiros militares
- » Prevenção de incêndio e pânico
- » Tráfico de drogas
- » Alcance de metas do Plano Nacional de Segurança Pública

Fonte: Ministério da Justiça

valorização dos profissionais de segurança pública e 70% para o fortalecimento das instituições.

A pasta explicou que o dinheiro vai custear a oferta de cursos e de atendimentos para os profissionais da área. Outra parte do repasse será aplicada na prevenção e no combate ao crime, com a ampliação do videomonitoramento e a implementação do programa Mulher Mais Segura.

A mudança na legislação

pretende equilibrar o rateio do fundo, para evitar discrepâncias muito alargadas entre os estados. Em 2020, Mato Grosso foi o estado que ficou com a maior fatia: R\$ 43,1 milhões (5,71%). O menor valor foi para Tocantins, que recebeu R\$ 16,1 milhões (2,14%).

Neste ano, o fundo vai distribuir R\$ 722 milhões. A cada ente federativo, cabe uma porcentagem desse valor. São Paulo é o estado contemplado com a maior

parte: 4,3%, ou R\$ 31,1 milhões. O DF fica com o mesmo percentual de outros 14 estados, 3,5%, o valor mínimo estabelecido pela lei (R\$ 25.280.888,40). Apesar de o índice ser maior, devido à alteração na lei, neste ano, o valor destinado à capital federal é menor do que o repassado em 2020, quando o volume distribuído pelo fundo marcou um recorde: R\$ 755 milhões. À época, a capital ficou com 3,35% dessa fatia, o que correspondeu a R\$ 25.318.899.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



### AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência 01/2021 – MC

Nº Processo 71000.079094/2019-14. O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, referentes à: prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação corporativa do Ministério da Cidadania, no seu relacionamento com a imprensa, em território nacional ou internacional; criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação corporativa e de conteúdos multimídia, no âmbito do contrato e criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação corporativa, destinadas a expandir os efeitos da atuação do Ministério da Cidadania junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital e seus anexos. Recebimento das documentações e propostas: 24/08/2021 às 09h30min. no Auditório, localizado no Bloco A da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70054-906, em Brasília-DF. O Edital está à disposição dos interessados no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Maiores esclarecimentos, encaminhar ao endereço eletrônico [licitacao@cidadania.gov.br](mailto:licitacao@cidadania.gov.br).

Wagner Ferreira Moraes  
Presidente da Comissão Especial de Licitação